

Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade

Maria Edith Romano Siems-Marcondes

Pós-Doutorado pela Universidade de Évora (UE) - Portugal. Doutora em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - SP - Brasil. Professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) - Boa Vista, RR - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/4322158349617339>

E-mail: edith.romano@ufr.br

Submetido em: 15/07/2017. Aprovado em: 30/10/2017. Publicado em: 02/03/2018.

RESUMO

O acesso ao ensino superior é, no Brasil, pautado pela meritocracia, restrito aos estudantes que obtenham sucesso em processos de ingresso comuns a todos os candidatos, independentemente da situação de deficiência. Da mesma forma, a permanência e a continuidade de estudos só ocorre entre os que alcancem resultados mínimos nos processos avaliativos, nos padrões exigidos para todos. A chegada de alunos com deficiência ao ensino superior é um fato que vem se intensificando na última década, havendo ainda a necessidade de ampliação de estudos quanto às necessidades e condições peculiares desse público. Compreender os fatores da trajetória escolar que favoreceram que esses estudantes, pertencentes ao público-alvo da educação especial, conquistassem o acesso e construíssem estratégias de permanência e aprendizagem no ensino superior é o principal propósito deste trabalho. O estudo foi desenvolvido na perspectiva da história oral, com a realização de entrevista semiestruturada a estudante com baixa visão, usuária do Braille, matriculada em curso de ensino superior de universidade do Norte do Brasil. Os principais resultados encontrados indicam que, para o acesso, é fundamental a receptividade e predisposição de professores e gestores, o que não é assegurado apenas pela normativa legal. Em relação à acessibilidade, destaca-se a relevância da postura dos professores como fator de acolhimento e busca de estratégias de apropriação de conhecimentos; as relações com os pares e os apoios técnicos especializados através de profissionais ou de tecnologias. O aprofundamento de saberes nesse campo pode trazer elementos relevantes à ampliação de práticas inclusivas na educação escolar.

Palavras-chave: Deficiência. Educação especial. Inclusão no ensino superior. Acessibilidade. Inclusão na educação básica.

Students with disabilities in higher education: school trajectories, access and accessibility

ABSTRACT

Access to higher education in Brazil is guided by meritocracy, restricted to students who are successful in admission processes common to all candidates, regardless of the disability situation. In the same way, the permanence and continuity of studies only occurs among those that achieve minimum results in the evaluation processes, in the standards required for all. The arrival of students with disabilities to higher education is a fact that has intensified in the last decade, and there is still a need to expand studies regarding the peculiar needs and conditions of this public. Understanding the factors of the school trajectory that favored these students, belonging to the target audience of special education, conquered access, and constructed strategies of permanence and learning in higher education is the main purpose of this work. The study was developed from the perspective of oral history, with a semi-structured interview with a low vision student using Braille enrolled in a higher education course at a university in the north of Brazil. The main results indicate that, for access, it is fundamental the receptivity and predisposition of teachers and managers, which is not only ensured by legal regulations. Regarding accessibility, the relevance of teachers' posture as a welcoming factor and search for access to knowledge strategies is highlighted; peer relations and specialized technical support, through professionals or technologies. The deepening of knowledge in this field can bring relevant elements to the expansion of inclusive practices in school education.

Keywords: *Deficiency. Special education. Inclusion in higher education. Accessibility. Inclusion in basic education.*

Los estudiantes con discapacidades en la educación superior: trayectorias escolares, acceso y accesibilidad

RESUMEN

El acceso a la enseñanza superior es, en Brasil, pautado por la meritocracia, restringido a los estudiantes que obtengan éxito en procesos de ingreso comunes a todos los candidatos, independientemente de la situación de discapacidad. De la misma forma, la permanencia y continuidad de estudios sólo ocurre entre los que alcanzan resultados mínimos en los procesos de evaluación, en los estándares exigidos para todos. La llegada de alumnos con discapacidad a la enseñanza superior es un hecho que viene intensificándose en la última década, habiendo aún la necesidad de ampliación de estudios en cuanto a las necesidades y condiciones peculiares de ese público. Comprender los factores de la trayectoria escolar que favorecieron que estos estudiantes, pertenecientes al público objetivo de la educación especial, conquistar el acceso, y construir estrategias de permanencia y aprendizaje en la enseñanza superior es el principal propósito de este trabajo. El estudio fue desarrollado en la perspectiva de la historia oral, con la realización de entrevista semiestructurada con una estudiante con baja visión usuaria del Braille matriculada en un curso de enseñanza superior de una universidad del norte de Brasil. Los principales resultados encontrados indican que, para el acceso, es fundamental la receptividad y predisposición de profesores y gestores, lo que no está asegurado sólo por la normativa legal. En cuanto a la accesibilidad, se destaca la relevancia de la postura de los profesores como factor de acogida y búsqueda de estrategias de acceso al conocimiento; las relaciones con los pares y los apoyos técnicos especializados, a través de profesionales o de tecnologías. La profundización de saberes en este campo puede traer elementos relevantes a la ampliación de prácticas inclusivas en la educación escolar.

Palabras clave: *Deficiencia. Educación Especial. Inclusión en la enseñanza superior. Accesibilidad. Inclusión en la educación básica*

INTRODUÇÃO

A chegada de estudantes considerados público-alvo da educação especial – destacadamente aqueles com deficiência - às escolas de ensino regular no Brasil constitui direito cuja conquista deu-se em período relativamente recente. É na Constituição Federal de 1988 que indicativos neste sentido se anunciam, e na vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que a educação desses estudantes passa a assumir como opção preferencial a inserção em classes e escolas comuns da rede regular de ensino.

Decorrente da expansão expressiva das matrículas de pessoas com deficiência na educação básica, temos, na última década, também aumento da presença em cursos de nível superior de estudantes que transpuseram as barreiras interpostas à sua participação com sucesso no ambiente escolar, particularmente nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio.

São alunos que atravessaram etapas da educação básica fundamentalmente marcadas por uma organização curricular fragmentada em disciplinas, ministradas por professores cuja formação enfatiza o aprofundamento em conteúdos específicos, em detrimento de uma formação didático-pedagógica mais elaborada, que os instrumentalizasse na realização de processos educativos em contexto de diversidade.

Identificar as estratégias construídas pelos estudantes no enfrentamento e transposição das barreiras de acesso ao conhecimento ao longo da trajetória escolar na educação básica, por uma estudante universitária com deficiência visual, é o objetivo central de pesquisa que aqui apresentamos. Entendemos que, compreendendo o percurso traçado ao longo do processo de escolarização inicial de estudantes, e tornando evidentes fatores que impactaram positiva ou negativamente nesta trajetória, teremos indicativos para a constituição de espaços e tempos escolares menos excludentes.

O trabalho é desenvolvido na perspectiva da História Oral, metodologia de pesquisa em que os dados são obtidos através de entrevistas com pessoas cujas vivências permitam chegar a um aprofundamento

de saberes em relação a aspectos da história recente, como vivenciados e percebidos pelos participantes da pesquisa. No presente trabalho, foi considerada a entrevista de uma estudante com deficiência visual, tendo baixa visão com resíduo em um dos olhos de 20%, usuária do braille em decorrência da determinação médica de não utilização, para leitura, do resíduo visual. A estudante, no momento da realização da entrevista, cursava o quinto semestre em curso de graduação no ensino superior em universidade pública do Norte do Brasil.

Na entrevista buscamos identificar quais fatores impactaram positiva ou negativamente para que, em sua trajetória na educação básica, tivesse acesso ao conhecimento social acumulado, o que lhe possibilitou o prosseguimento de estudos no ensino superior, bem como as estratégias que utiliza para a permanência e aprendizagem no ensino superior.

Embora, em termos percentuais, a matrícula de estudantes com deficiência corresponda a apenas 0,42% do total de matriculados, segundo os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estatística e Pesquisas (Inep), de 2014, esse número representa importante crescimento se considerarmos que em 2004 esses estudantes correspondiam a apenas 0,12% do total de matriculados. Em números absolutos, segundo dados do Censo Escolar do Inep, no Brasil em 2004 tínhamos 5.395 estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, número que, em 2014, chega a 33.377, crescimento de 518,66%. Esse é, ainda, um número que tende a se expandir caso consideremos o fato de que, na educação básica, o total de alunos matriculados em 2014 é de 698.798 estudantes que poderiam, potencialmente, chegar aos bancos universitários, se encontrarem, na educação básica, as condições de apropriação dos saberes escolares.

Estudos como os de Costas (2014), Vieira, Severo e Albertani (2014), Pieczkowski e Naujorks (2014) e Simionato (2012), dentre outros, debruçam-se sobre o tema da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior em universidades e faculdades sediadas em municípios, em sua maior parte, localizados na Região Sul do país. Além de observar

a normatização legal que orienta esses processos, os autores apresentam práticas que favorecem o acesso e permanência em cursos de ensino superior em diferentes universidades, destacando o papel de políticas afirmativas e da atuação de estruturas de apoio à acessibilidade dos estudantes, em sua maior parte institucionalizados na forma de núcleos.

Ao discutirmos a questão do acesso, pautamo-nos na conceituação apresentada por Manzini (2008, p. 283), quando destaca que “a palavra acesso pode trazer embutida a ideia de sair de um determinado lugar ou situação e ir para lugar ou situação diferente da anterior” podendo-se tratar aqui de um espaço físico ou de um *status* social. Nesse sentido, a garantia do acesso envolve a questão da igualdade de direitos e pode implicar movimentos de luta, como por exemplo a que se estabelece em políticas compensatórias que se pautam na perspectiva de equidade.¹

Já a acessibilidade refere-se mais diretamente “às questões concretas relacionadas ao cotidiano [...] implica um produto concreto” (MANZINI, 2008, p. 285), posto na garantia das condições que se façam necessárias, para que todas as pessoas tenham acesso aos espaços sociais, ao currículo e aos ambientes, podendo traduzir-se em elementos materiais, tecnológicos ou de adequação de espaços e equipamentos, dentre outras possibilidades.

Em relação à acessibilidade, adotamos o entendimento posto por Nunes e Nunes Sobrinho (2008, p. 270), quando afirmam que “nesse início do século XXI, o conceito de acessibilidade extrapola as barreiras concretas da sociedade, passando a enfatizar o direito de ingresso, permanência e utilização de todos os bens e serviços sociais por toda a população.”

Como meio de assegurar o acesso, os processos de ingresso de estudantes com deficiência nas universidades públicas brasileiras vêm sendo regulamentados em diferentes instrumentos

normativos, a exemplo das alterações na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, efetivadas através da Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, dispondo sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições federais de ensino superior, e do Decreto Federal nº 9.034 de 20 de abril de 2017, que altera o Decreto nº 7.824/2012 que regulamentava a mesma lei no tocante ao ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Antecipando-se à regulamentação do que já vinha sendo estabelecido como direito prioritário das pessoas com deficiência, desde a Constituição Federal de 1988, algumas universidades já haviam instituído programas de ações afirmativas, a exemplo do praticado na Universidade Federal de Santa Maria, que desde 2007 assegura reserva de cinco por cento de vagas para pessoas com necessidades especiais nos exames vestibulares de seus cursos de graduação (VIEIRA, SEVERO E ALBERTONI, 2014).

Outra estratégia utilizada para a inclusão de estudantes com deficiência nas universidades foi a institucionalização de unidades administrativas em que os alunos com deficiências, altas habilidades/superdotação ou transtornos globais de desenvolvimento pudessem encontrar recursos de apoio à acessibilidade na forma de núcleos, como o Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência, Altas Habilidades/superdotação e Surdez (NUAPDAHS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

São ações semelhantes às que vêm ocorrendo em outras regiões do país e que também se repetem na Universidade Federal de Roraima (UFRR), campo onde desenvolvemos a presente pesquisa. Na UFRR, desde 2007, encontra-se implantado o Núcleo Construir de Acessibilidade da UFRR, que objetiva apoiar a implantação e implementação de políticas institucionais de inclusão e ações que favoreçam a remoção e/ou redução de barreiras de acesso

¹ A equidade contempla a realidade de que locais e pessoas diferentes têm necessidades diferentes, e por isso soluções e esforços diferentes devem ser feitos de acordo com o contexto em questão.

ao conhecimento e demais espaços e atividades institucionais para estudantes, professores e técnicos que demandem o apoio técnico daquela unidade. No relato apresentado neste trabalho, as atividades desenvolvidas no Núcleo Construir são indicadas como fundamentais para a permanência e acesso aos conhecimentos no ambiente universitário.

MATERIAL E MÉTODOS

A adoção da perspectiva metodológica de estudos que partem de fontes orais na educação especial, não é procedimento novo, encontrando-se disponíveis importantes produções sobre o tema como as de Glat et al. (2004), que apresentam uma síntese das produções desenvolvidas no Brasil, que registram histórias de vida de pessoas com deficiência; de Caiado (2007), que apresenta a relevância desses registros orais quando tornados documentos de consulta de pesquisadores; e de Glat e Pletsch (2009) que, utilizando-se dessa metodologia, analisam os processos de autopercepção de pessoas com necessidades especiais.

Outra vertente de pesquisa que também se pauta na utilização de fontes orais, mas que apresenta características que a posicionam como perspectiva teórico-metodológica específica, com o intuito de compreensão de aspectos da história, no que guardam de processos de interesse social, é a da História Oral, que na perspectiva de Verena (2002, p. 29- 30),

tem uma natureza específica que condiciona as perguntas que o pesquisador pode fazer. Em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar.

Em nossa pesquisa, dado o objeto que se pretende investigar: fatores que impactaram positiva ou negativamente, ao longo da educação básica, na construção de estratégias de enfrentamento às barreiras de acesso ao currículo e que oportunizaram o ingresso e permanência no ensino superior, optamos pela abordagem metodológica da história oral.

Um fator que reforçou a opção por essa metodologia, que também é reiterado por Verena (2002), é a disponibilidade e as condições pessoais dos participantes da pesquisa de atender às demandas que lhes serão postas no processo de entrevistas.

Nesse sentido, ante os objetivos específicos de estudar as experiências de vida que promoveram o desempenho escolar no processo de escolarização da pessoa com deficiência, na educação básica e de refletir sobre a trama social, a tessitura cotidiana que possibilitou a superação da deficiência enquanto condição de incapacidade e fracasso escolar, delimitamos como participante, nesse recorte do estudo, uma estudante matriculada no ensino superior com quatro semestres concluídos com sucesso, com desempenho adequado à progressão nesse nível de ensino. Entendemos ser esse um elemento que demonstra o domínio de estratégias de enfrentamento das barreiras sociais que, na interação com suas condições de deficiência poderiam limitar ou impedir o acesso ao conhecimento social acumulado que se espera seja adquirido no ambiente escolar.

Este estudo desenvolve-se dentro do macroprojeto “Educação e deficiência na voz de quem vive essa trama: trajetórias de vida de pessoas com deficiência que cursam o ensino superior”, desenvolvido sob a coordenação, em âmbito nacional, da professora Katia Regina Moreno Caiado, e executada em diferentes regiões brasileiras por pesquisadores vinculados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação, Educação Especial – (Nepede'es). O projeto conta com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos, registrado no Parecer nº 528/2009.

Metodologicamente é prevista a realização de entrevistas com estudantes com deficiência que desejem contribuir com o projeto e que se encontrem matriculados nas instituições onde estejam sediados pesquisadores, de forma a montar-se um painel expressivo de dados que possibilite a ampliação de conhecimentos relativos a políticas e práticas que contribuem para um percurso escolar de sucesso para a inclusão de estudantes com deficiência.

A construção de dados é feita com a realização de uma entrevista padrão estabelecida para o macroprojeto. A entrevista padrão versa sobre questões que remetem às memórias referentes aos atendimentos pedagógicos e clínicos que ocorreram ao longo da vida, bem como dados da trajetória escolar em todas as etapas da educação básica, buscando identificar quais atendimentos educacionais especializados de natureza pedagógica fizeram parte da trajetória escolar dos entrevistados e quais atendimentos clínicos especializados ocorreram também ao longo da vida escolar.

Na realização das entrevistas, um fator sobre o qual nos alerta Chartier (1996, p. 216) fez-se presente e demandou cuidados:

Porque o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais [...] parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cuja maneira de sentir e de pensar ele reconstrói.

Logo, a vivência do entrevistador como docente e gestor de educação básica em períodos próximos ao da época em que a estudante frequentou a educação básica, foco de nosso interesse na condução das entrevistas, ao tempo que favorecia a compreensão dos relatos e certa empatia, demandava atenção para não sobrevalorizar temas que compunham mais intensamente a experiência do pesquisador do que a do entrevistado.

A entrevista foi realizada em sala do Centro de Educação da Universidade Federal de Roraima, transcrita e encaminhada à entrevistada para autorização do uso do texto, assegurada a garantia de anonimato em todas as publicações que decorram do uso desse material.

A partir da autorização, o texto foi submetido à análise de seu conteúdo, buscando identificar as principais referências explicitadas nas memórias da entrevistada que nos oportunizassem compreender os elementos determinantes em sua trajetória de escolarização para que pudesse permanecer e prosseguir em seu percurso formativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na transcrição, textualização e análise dos dados levantados em entrevista, foram identificados elementos relevantes ao alcance de nosso objetivo, de compreender os fatores que têm impacto positivo e/ou negativo na consolidação de processos educacionais inclusivos.

A estudante, a quem atribuiremos o nome fictício de Vitória, em referência a seu próprio perfil pessoal, no momento em que inicia o terceiro ano de um curso da área de humanas, tem 21 anos e um quadro que a acompanha desde o nascimento, de baixa visão, com resíduo visual de 20% no olho esquerdo. É jovem de estatura média, de beleza singela e que em todos os momentos em que é vista nos corredores da universidade está em companhia de colegas do curso. Simpática, com postura alegre e otimista, durante a entrevista não se exime de responder a nenhuma questão que lhe é feita e não se posiciona como vítima, ou heroína, nem apresenta sinais de tristeza ou revolta. Em vários momentos explicita o entendimento de que os apoios positivos que teve em sua trajetória são “ajudas”, e não o atendimento a direitos humanos fundamentais.

A família, composta de atualmente por três adultos, tem renda abaixo de três salários mínimos. Os pais têm escolaridade em nível fundamental e a residência da família atualmente é própria, em bairro relativamente afastado da região central. A trajetória escolar é feita em escolas públicas, desde a educação infantil até o ensino superior.

Embora a etiologia da deficiência não tenha sido integralmente esclarecida, há histórico de parto prematuro, em período em que a única maternidade pública existente no estado de Roraima teve crise interna com a ocorrência de surto de infecção hospitalar (junho de 1996), que acarretou a morte de muitos bebês. No caso de Vitória, a prematuridade e infecção hospitalar foram vencidas, mas deixaram a perda visual como seqüela.

Ainda na primeira infância passa por uma cirurgia para estabilização dos olhos, que deixou estrabismo no olho que ainda apresentava resíduo visual. O estrabismo

faz com que a condição de deficiência visual seja imediatamente percebida por pessoas videntes.

No momento em que a alfabetização com materiais ampliados já está em fase avançada, ocorre a recomendação médica para que Vitória faça uso do Braille a fim de preservar as condições remanescentes de visão, que poderiam ser comprometidas – no entendimento da medicina –, se a estudante realizasse os esforços necessários à leitura de materiais ampliados.

Nos acompanhamentos clínicos especializados posteriores, realizados ao longo de toda a infância e adolescência em município do Sudeste brasileiro, manteve-se a recomendação de que se evitasse a leitura de materiais ampliados.

Chamada a descrever suas experiências iniciais de escolarização, relata a chegada aos 5 anos a uma escola de educação infantil pública. E de imediato, a memória remete ao primeiro dos fatores que identificamos como elemento que pode favorecer ou dificultar a permanência e sucesso escolar: a *postura dos professores* diante da condição de deficiência. Em sua própria voz:

Os professores da escola que eu estudava, eles sempre me incluíam nas brincadeiras, eles tornavam mais acessível. Para correr eu corria com alguém do lado para ir me guiando, porque era uma escola pequena, então eles foram me ensinando aos poucos, até que eu aprendi a me locomover sozinha dentro da escola. Eu me sentia bem na escola. Os professores explicaram a minha situação na sala. Uma professora que trabalhava no CAP - que era o Centro de Apoio Pedagógico à pessoa com deficiência visual, foi até a escola e explicou para os professores e os alunos, que eu tinha uma limitação visual, que eu precisaria de ajuda. Na relação com os professores da escola eu me sentia bem, eu participava de tudo, eles me acolhiam, era muito legal a escola.

Decorrencia direta dessa boa acolhida afetiva e que em vários outros momentos assume protagonismo no caminho de assegurar o processo de inclusão, é a adoção de práticas pedagógicas condizentes com esse padrão de comprometimento técnico, como se pode inferir do extrato seguinte:

Para a alfabetização, primeiramente eu comecei a ser ensinada a tinta: os professores copiavam bem grande, perguntavam a mim qual o tamanho melhor para eles escreverem as letras. Aí a professora escrevia com caneta hidrocor, bem forte e bem grande, e pedia para eu escrever idêntico ao que ela estava escrevendo.

Questões como a preparação de cadernos especiais e outros materiais ampliados também são relatados. Entretanto, a alfabetização que vinha ocorrendo de maneira natural é interrompida pela recomendação médica de que evitar atividades que exigissem o uso dos resíduos visuais e que se adotasse o Braille como meio de comunicação escrita.

A superação das dificuldades vivenciadas para o aprendizado do Braille marca a primeira etapa de escolarização. O encontro com uma professora relatada como “chata”, pela rigidez com que conduziu o processo de ensino, traz também o reconhecimento pelo trabalho por ela desenvolvido: “ela era bem rígida mesmo. E ainda bem que ela foi rígida, porque senão eu não teria aprendido”.

Ainda nas memórias do aprendizado do Braille, emerge elemento importante para a permanência e o sucesso escolar: *as relações com pares*. Neste caso, a existência de uma colega de classe com cegueira, que já era usuária do Braille e cujo apoio e incentivo foram fundamentais. Além dessa, a existência de relações sociais com outras crianças e jovens que não apresentavam deficiências é relevante.

O terceiro fator de impacto na trajetória escolar de Vitória é o *apoio técnico especializado* dos profissionais atuantes no CAP, e que ao final do ensino médio e no ensino superior será suprido pelo acesso a programas de tecnologia assistiva. Cumpre destacar que nas memórias da trajetória escolar, esses que são fatores em sua maior parte vivenciados de maneira positiva, mostraram sua força também quando ausentes, dificultando o percurso escolar. Sobre esses, enfatizaremos, nos próximos tópicos, algumas das manifestações de Vitória.

DA POSTURA DOS PROFESSORES

Vitória refere vários momentos de encontro com professores acolhedores, receptivos, que perguntam como ajudar, que se dispõem a atender individualmente quando necessário, e até de reuniões de orientação a professores que ocorrem em escolas onde ingressa, como fator facilitador da construção de “pontes” entre os docentes e as demandas de ajuste técnico exigidos para dar acesso ao conteúdo das disciplinas. Numa fala emblemática, destaca: “o que mais me ajudava a aprender era a receptividade dos professores, porque eles estavam sempre dispostos a ajudar e a aprender também.”

Ao mesmo tempo, recorda experiências negativas vivenciadas:

No final da oitava série, eu estudei na escola aqui do bairro, a escola era bem excludente mesmo e o próprio diretor chegou a perguntar porque é que a minha mãe não me transferia, porque na escola não tinha recursos para me receber. Ele chegou a falar isso para mim. E eu falei “Olha! O senhor vai ter que me aceitar, o senhor vai ter que me engolir aqui, porque se tem vagas para pessoas com deficiência, é para a gente ser bem recebido, não é para ser excluído”. Aí, eu tinha raiva dele. E a minha mãe não me mudou de lá de imediato, porque eu já estava concluindo a oitava série, e eu tive que aturar e eles tiveram que me aturar também. Foi difícil, todo dia eu chegava em casa chorando, dizendo a minha mãe que não aguentava mais a escola.

Essas experiências negativas, entretanto, não são as que prevalecem no histórico escolar de Vitória, e mesmo quando se repetem com professores que individualmente apresentam resistências em escolas majoritariamente acolhedoras, são suplantadas pelas relações com os pares, colegas de turma ou escola que apoiam e auxiliam no cotidiano.

DAS RELAÇÕES COM PARES

As relações com os pares são determinantes em vários momentos. Desde a proximidade com colegas que também apresentam deficiência visual ou cegueira, e que apoiam nas questões específicas e peculiares, até a construção de redes de estudo ou de lazer.

É interessante observar que o companheirismo e a identificação que ocorrem com colegas que também apresentam deficiência visual tornam-se uma base nas relações com os sujeitos sem deficiência. Referindo-se à colega cega que a apoia no desafio de aprender o Braille:

Na verdade, foi um pouco ela também que me auxiliou, fez com que eu não desistisse do Braille, porque ela me incentivava, dizendo que eu iria conseguir, que eu iria aprender.

Na vivência em grupos de colegas, nas séries iniciais do ensino fundamental as memórias são de relações que oscilam da aceitação à hostilidade, mas com possibilidades de enfrentamento sem maiores impactos à possibilidade de permanência no espaço escolar:

No período pré-escolar, nas primeiras séries do ensino fundamental, nunca passamos por situações de agressividade, de *bullying*. Eu não ligava quando os meninos me chamavam de ceguinha, eu dizia que eu era cega mesmo, mas, pelo menos, eu era cega do olho, mas não do coração como certas pessoas. Eu falava isso para eles.

Na relação social a gente interagiu com os colegas, mas com a metade da turma, porque ainda tinha alguns alunos que tinham preconceito, que chamavam a gente de ceguinha, diziam que a gente não iria aprender, havia essas pessoas, mas também tinham pessoas que entendiam nosso lado, que ficavam próximas, que brincavam com a gente.

Já nas séries finais do ensino fundamental, na transição para a adolescência, em um momento em que a escola cursada era em município do interior do estado, as relações sociais adquirem uma leveza imprevista para as condições objetivas da realidade:

Entre os colegas havia uma disputa para fazer trabalho em grupo com a gente. Porque eles queriam aprender o Braille, interagir com a gente, saber como foi que a gente perdeu a visão, eles queriam ajudar mesmo, eles queriam ajudar a gente. E fora da escola, a gente convivia também. Tinha festinha na escola ou, se não, às vezes a gente ia estudar juntos, às vezes eu ficava em Pacaraima e ia pra casa de um colega ou da minha amiga mesmo, a gente reunia alguns colegas e ia estudar lá mesmo.

Um dado interessante de se observar é o fato de que nos espaços escolares em que há maior acolhimento por parte dos professores e dirigentes também os colegas

apresentam atitudes mais respeitosas e solidárias, havendo similaridade na rejeição dos colegas em escolas onde também os professores e dirigentes não apoiam a inclusão de Vitória.

DO APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Dos apoios técnicos especializados destaca-se o dos profissionais do CAP, ao longo de todas as etapas de escolaridade, seja no atendimento direto à Vitória, seja capacitando os professores que dariam apoio ao cotidiano da sala de aula, como se pode observar nesses dois excertos:

Eu estudava duas horas na escola comum, e na hora do intervalo, eu ia para o CAP. Então eu estudava em duas escolas. A Secretaria de Educação ia me buscar no carro, a mim e à minha amiga. No CAP a gente ficava duas horas também e às vezes, à tarde. Às vezes a gente almoçava por lá, os professores davam almoço pra gente e a gente ficava à tarde também lá trabalhando com o Braille.

Eu fui bem recebida na escola e lá eu passei a ter uma auxiliar na sala. Ela veio para Boa Vista, no CAP, aprendeu o Braille e voltou para lá para transcrever tudo que eu fazia, tudo que eu escrevia em Braille, para tinta. Lá tinha outra aluna também com baixa visão, mas ela não precisava do Braille, ela tem miopia e dificuldade para enxergar longe, no quadro e a professora apoiava ditando ou escrevendo ampliado para ela. Nós éramos da mesma série e tínhamos uma professora que nos acompanhava. Os professores trabalhavam diretamente com a gente e ditavam.

A interlocução com os professores do ensino regular foi determinante para que a atuação dos docentes ocorresse a contento. Nas séries finais do ensino fundamental, a construção da autonomia no acesso aos conteúdos escolares se dá pela possibilidade de dispor de computador pessoal, com programas do tipo Dosvox cedidos inicialmente pelo CAP. Interessante que o próprio contato inicial com a tecnologia se dá na interlocução com pares também com deficiência, em um momento em que Vitória residia num município do interior:

Eu vim nas férias para cá e encontrei a minha amiga S., que me falou de tecnologias e do programa Dosvox. Ela me ensinou aos poucos, foi me ensinando algumas coisas, ela e o namorado dela, que também é deficiente visual, me ensinaram um pouco, e aí eu fui aprendendo a digitar.

No ensino médio cursado em instituição federal de ensino e também no ensino superior, o papel dos núcleos de acessibilidade como espaço de produção de material e de atendimento às necessidades de equipamentos e programas de processamento de textos se destaca.

Em momento da formação em que a tônica passa a ser a preparação para o vestibular, entra em cena o acesso à internet, e com esse novo horizonte, o acesso a videoaulas, selecionadas dentre aulas disponibilizadas em redes abertas. Com as videoaulas, Vitória conquista meios de apropriação integral dos conteúdos das aulas, inclusive aquelas em que os professores apresentassem maior dificuldade de adequação às suas necessidades.

Além disso, as videoaulas servem também complementando os temas que eventualmente não pudessem ser assimilados apenas com a assistência e a gravação das aulas. Mas há também os entraves postos ao desenvolvimento:

No ensino médio, a única coisa que eu me lembro que me atrapalhou, foram alguns professores que não entendiam, que não passavam o material. Eu penso em uma professora, que não queria ajudar mesmo, que tinha uma certa resistência. Ter o atendimento é um direito, e a professora estava me negando o acesso à informação. Toda aula dela ela passava *slides*, mas não fazia a leitura dos *slides*, fazia a explicação escrita sem que eu pudesse ter acesso ao que ela estava passando. Eu cheguei a falar da minha necessidade e perguntei porque ela não ia lendo, e ela disse que era porque eu achava mais fácil explicar do que ir lendo. Eu pedi para ela me passar os *slides*, para eu ter a mesma informação que os outros alunos estavam tendo, porque os outros alunos copiam os *slides* igualzinho como a professora explicava, e eu achava mais fácil estudar pelos *slides* do que pela gravação, que era muita informação, e nós ficamos sem acesso a essa informação, e durante todo esse tempo nós ficamos sem acesso a esse material. Nós não conseguimos sensibilizar a professora, mesmo pedindo na direção.

Esta se torna a única disciplina em que Vitória irá vivenciar a experiência da reprovação, sendo, no ano seguinte, aprovada com excelente desempenho quando há troca de professor que se sensibiliza e estabelece estratégias de ensino adequadas. A nota elevada que a estudante obtém nesta disciplina e no exame de ingresso na universidade demonstra a aprendizagem significativa obtida com a troca de professor.

DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA

As habilidades adquiridas ao longo da formação mostraram-se determinantes para que o acesso ao ensino superior ocorresse. E o acesso foi buscado através das duas opções possíveis, o que nos traz também elementos importantes de análise. A prova que possibilitou o ingresso foi a realizada no âmbito do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na qual a estudante destaca como vantagens o fato de ter um leitor e o acesso à prova ampliada com a correspondente possibilidade de análise dos elementos gráficos. Na participação no vestibular institucional, em que Vitória foi reprovada, dois fatores foram vividos como negativos: o tempo de prova idêntico ao dos demais estudantes e a variação de leitores. Em sua fala:

Aqui na Universidade eram vários leitores. Não era como no Enem em que era um só leitor para todas as disciplinas que ficou comigo do começo ao final da prova. Aqui para cada disciplina era um leitor diferente e isso me confundia muito. Eu acho que isso acabou prejudicando meu desempenho na prova, porque eu ficava desatenta, ficava mudando a voz, aí eles levantavam e entrava outro leitor e isso me dificultou. Eu estava numa sala individual, prova com o mesmo tempo, mas com vários leitores e isso me dificultava porque me desconcentrava.

Com a concretização do acesso ao ensino superior, Vitória destaca o papel do apoio recebido no Núcleo Construir de Acessibilidade da UFRR, onde há o acesso à transcrição de textos, digitalização de material que será acessado por programas leitores de celular e computador. Como fator que dificulta o cotidiano está a falta de acessibilidade arquitetônica em toda a universidade, com os seus degraus e calçadas quebradas. É possível perceber o quanto as estratégias já estabelecidas na educação básica para acesso aos conteúdos facilitam para que a permanência e o aprendizado nas disciplinas ocorram.

CONCLUSÕES

Da análise das memórias da trajetória escolar de Vitória, é possível identificar que a inclusão escolar de pessoas com deficiência com real apropriação de saberes escolares é possível, mas dependente sobremaneira de fatores ligados às relações humanas, que têm o poder de favorecer ou impedir a construção de estratégias de enfrentamento às barreiras e limitações do ambiente social associadas à condição de deficiência.

Não há como se abrir mão, no caso da deficiência visual, dos suportes tecnológicos, dos programas e aplicativos de leitura e escrita que se popularizam na atualidade, nem dos saberes dos profissionais que vêm se especializando na área e que podem realizar a interlocução com os professores do ensino regular.

Entretanto, a existência de recursos tecnológicos ou de profissionais superespecializados, por si só, pode se tornar inócua, se não forem solidificadas no estabelecimento relações de acolhimento por parte de professores e gestores escolares, que também assumam a sensibilização dos demais colegas estudantes para a inclusão das crianças e jovens com deficiência.

Da análise desses resultados, inferimos a importância de prosseguir e aprofundar trabalhos que, estudando as trajetórias de estudantes que superaram os limites impostos pelas barreiras ao seu desenvolvimento e aprendizado, e que chegaram ao ensino superior, possam nos indicar aspectos de seu percurso que auxiliem no estabelecimento de propostas e políticas que favoreçam a inclusão de pessoas com deficiência no respeito à premissa fundamental do “Nada sobre nós, sem nós”.

REFERÊNCIAS

CAIADO, K. R. M. Entrevista. *Revista Ponto de Vista*, n. 9, p. 145-148, 2007.

CHARTIER, R.. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COSTAS, F. A. T. Acesso, acessibilidade e inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais na educação superior. In: PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I.(Org). *Educação, Inclusão e Acessibilidade: diferentes contextos*. Chapecó: Argos, 2014.

GLAT, R. et al. O método de história de vida na pesquisa em educação especial. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, v.10, n.2, p.235-250, 2004.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 34, 2009.

HAAS, C. A História Oral como itinerário de pesquisa na educação especial: construindo narrativas de “aceitação do outro como legítimo outro”. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul: ANPEd , 2012.

MANZINI, E.J. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org). *Educação Especial diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

NUNES, L.R. de O.P.; NUNES SOBRINHO, F.P. Acessibilidade. In: BAPTISTA, C. R.; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M. de. *Educação Especial: diálogo e pluralidade*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

PIECZKOWSKI, T.M.Z.; NAUJORKS, M.I. (Org.). Inclusão no ensino superior: discursos e expectativas de estudantes com deficiência. In: PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. (Org.). *Educação, Inclusão e Acessibilidade: diferentes contextos*. Chapecó: Argos, 2014.

SIMIONATO, M.A.W. O deficiente no ensino superior: uma reflexão. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. M.; TULESKI, S.C. *A exclusão dos “includidos”*. 2. ed. Maringá: Eduem, 2012.

VERENA, A. *Manual de História Oral*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

VIEIRA, N. J. W.; SEVERO, A.; ALBERTANI, J. Inclusão no Ensino Superior: acesso e permanência dos alunos com deficiência na Universidade Federal de Santa Maria no período de 2010 a 2012. In: PIECZKOWSKI, T.M.Z.; NAUJORKS, M.I. (Org.). *Educação, Inclusão e Acessibilidade: diferentes contextos*. Chapecó: Argos, 2014.